

O VATICANO II, UM CONCÍLIO EM PROCESSO DE RECEPÇÃO

Victor Codina SJ

Antecedentes

Pareceria já desnecessário falar do Vaticano II, sobre o qual se tem escrito muito¹. Contudo, os 40 anos de sua clausura oferecem-nos uma ocasião favorável para voltar a refletir sobre este acontecimento, que foi qualificado como o fato eclesial mais importante do século XX.

Acrescenta-se a isso, porém, uma outra razão. Aos 40 anos do encerramento do Vaticano II, seus principais protagonistas ou já morreram, ou estão entre os 80 e 90 anos. Ao contrário, para a geração menor de 50 anos, o Concílio é um fato histórico do passado remoto, como puderam ser o Vaticano I ou inclusive Trento. Existe o perigo de que o Vaticano II permaneça desconhecido e perca vigência. É tarefa da nossa geração, a qual de algum modo foi testemunha presencial deste acontecimento, dar testemunho do que vivemos e de sua importância para o Terceiro milênio. A jovem

¹ A bibliografia é imensa. Citemos apenas G. BARAUNA, *La Iglesia del Vaticano II*, 2 vol, Barcelona, 1968; C. FLORISTÁN; J.J. TAMAYO (ed.), *El Vaticano II, veinte años después*, Madrid, 1985. Para maior bibliografia, pode-se consultar E. VILANOVA, *Historia de la teología cristiana*, vol. III, Barcelona, 1989.

geração, mesmo que viva dos frutos do Concílio, não está consciente de que se deveu ao Vaticano II o que eles consideram agora como “normal”. Por exemplo, a muitos parece estranho o fato que a eucaristia durante séculos tenha sido celebrada em latim, e não se dão conta de que foi graças ao Vaticano II que se deu a mudança de língua na liturgia.

Muitos também não estão conscientes da situação que se vivia na Igreja antes do Concílio. A eclesiologia dominante era a de Cristiandade, que aprofundava suas raízes no século IV com o Constantinismo e que foi formulada claramente desde a reforma gregoriana do século XI.

Segundo Congar, podemos distinguir claramente a eclesiologia do primeiro milênio daquela do segundo milênio. Se no primeiro milênio a eclesiologia distinguia-se por ser uma eclesiologia de comunhão, a do segundo milênio caracteriza-se por ser clerical, jurídicista e triunfalista. É a Igreja da Contra-reforma, com uma postura abertamente contrária à modernidade e às revoluções sociais. Pensemos na postura da Igreja hierárquica frente à revolução francesa e às revoluções latino-americanas, as quais condenou claramente.

Em 1864, um século antes do encerramento do Vaticano II, o papa Pio IX, com a promulgação do *Syllabus*, condenava a liberdade religiosa e os avanços da modernidade. E, mais próxima aos nossos dias, a figura branca e nobre de Pio XII, que impressionava por sua transcendência e espiritualidade e era tida por muitos como o ponto álgido da Igreja de todos os tempos, representa na realidade o cume da eclesiologia de Cristiandade, da época “piana” segundo expressão de K. Rahner. O mesmo Pio XII, que mostrou sua abertura à investigação bíblica com a *Divino Afflante Spiritu* e que inclusive havia pensado na convocação de um Concílio, em 1950 condenava, na *Humani Generis*, todos os esforços de renovação da *Nouvellle théologie*.

Isto leva-nos a considerar qual era a situação da teologia antes do Concílio. A teologia era a escolástica e, no melhor dos casos, a neoescolástica, seguindo as orientações de Leão XIII na *Aeterni Patris*. Seu método era dedutivo, em forma de tese, em latim, com grande rigor lógico, porém completamente alheio à história e à cultura moderna. Era o que Rahner qualificaria como *Denzingertheologie*.

Enquanto isso, a modernidade avançava: ilustração, técnica, progresso, a revolução russa de 1917 estendia-se pelo Leste europeu e em parte do Leste asiático, as duas guerras mundiais ensangüentavam o horizonte, os países do chamado Terceiro mundo alcançavam autonomia e independência e faziam escutar sua voz. Novas filosofias e novos modos de pensar afastavam-se cada vez mais do pensamento cristão tradicional.

Não tudo, porém, era quietude no seio da Igreja católica. Entre a primeira e a segunda guerra mundiais, uma série de movimentos teológica surgiu,

sobretudo na Europa central e semearam o terreno para a colheita que logo o Vaticano II devia recolher. Este aspecto foi amplamente estudado² e bastará enunciar seus principais componentes.

O movimento bíblico aproximava-se da Bíblia com novas perspectivas e novas metodologias. Descobria-se a importância dos Santos Padres latinos e orientais e o movimento patrístico, com novas edições dos Padres, enriquecera a teologia, a espiritualidade e a pastoral. O movimento litúrgico valorizava a assembléia litúrgica e centrava-se na celebração do mistério pascal. O movimento ecumênico havia começado o diálogo com protestantes, anglicanos e ortodoxos, encerrando assim uma etapa de confrontação e apologética. A pastoral também abria novos caminhos, sobretudo em contato com ambientes jovens, ambientes descristianizados e operários. É a época dos sacerdotes operários e dos questionamentos sobre se os assim chamados países cristãos não seriam agora países de missão. Nasce uma nova sensibilidade social, fruto, tanto de um aprofundamento cristológico da vida de Jesus de Nazaré como do diálogo com as ciências sociais e, concretamente, com o marxismo. Aparece também a chamada teologia das realidades terrenas, que valoriza as ciências, a economia, a história, a política, o progresso, o corpo e o sexo. Enfim, Teilhard de Chardin abre novas perspectivas à teologia a partir de uma visão evolucionista do cosmos.

E todos estes movimentos focalizam-se em centros de estudos europeus como Lyon-Fourvière, Lovaina, Le Saulchoir-Paris, Innsbruck, Munique, Tübingen etc.

Contra esta “nova teologia”, insurgiu-se Pio XII em sua *Humani Generis*, antes mencionada, e, ironias da vida, estes teólogos sancionados e, em alguns casos, destituídos de suas cátedras, serão os grandes teólogos do Vaticano II: Rahner, Congar, Chenu, Danielou, De Lubac, Schillebeeckx...

Digamos que no nível eclesiológico também se prepara o terreno para a eclesiologia do Vaticano II, tanto com os estudos bíblicos sobre o conceito de povo de Deus (Cerfaux, Koster...), como a partir do âmbito dogmático, com as contribuições de Mersch e Tromp, que logo desembocarão na encíclica *Mystici Corporis* de Pio XII (1943), que apresenta uma visão menos jurídica e mais mística da Igreja.

Mas todos estes movimentos não teriam dado seu fruto sem a figura carismática de João XXIII, que atuou como catalisador. Sua biografia marca fortemente as características de sua personalidade humana e espiritual³. Guiseppe Roncalli, filho de uma família camponesa, pobre e cristã, de Sotto il Monte (Bérgamo), manteve sempre viva a consciência de sua ori-

² Veja-se o livro clássico de R. AUBERT, *La théologie catholique au milieu du XXe. siècle*, Tournai, 1954

³ G. ZIZOLA, *La utopia del Papa Juan*, Salamanca, 1975.

gem humilde e cristã, nunca se envergonhou disso, o que lhe deu firmeza e serenidade em sua fé, sensibilidade social e bom senso. Seus estudos de história da Igreja (sobre Gregório Magno e Carlos Borromeo) proporcionaram-lhe uma visão realista da Igreja e da necessidade de mudanças ao longo do tempo. A crise modernista e a caça a bruxas no tempo de Pio X, que chegou a salpicá-lo com acusações de modernista quando ele era professor de história da Igreja no seminário de Bérgamo, fizeram-no refletir, sem dúvida, sobre as freqüentes injustiças que se cometem contra os pensadores cristãos na Igreja, por falta de diálogo sincero. Seus longos anos como núncio na Bulgária e na Turquia, ainda que, por um lado, o mantiveram longe do mundo do Vaticano, aproximaram-no do Oriente cristão e da necessidade de avançar fortemente no ecumenismo. Sua etapa de núncio em Paris permitiu-lhe conhecer melhor o mundo da cultura moderna e os desafios que ela lança à Igreja. Faltava a Roncalli, porém, experiência pastoral. Esta ele a teve como Patriarca de Veneza, constatando toda a problemática de uma grande cidade moderna.

Eleito Papa quando da morte de Pio XII, em 1958, escolheu o nome de João XXIII. Todo o mundo pensou que este Cardeal, quase desconhecido na Igreja, seria um simples Papa de transição. Contudo, a convocação de um Concílio em 25 de janeiro de 1959 na basílica de São Paulo Extra-muros de Roma surpreendeu a todo o mundo e fê-lo ver que nos encontrávamos diante de uma nova época na história da Igreja. Este Concílio não devia ser a continuação do Vaticano I, interrompido em 1870 por questões políticas, mas sim um novo Concílio que o complementaria, o Vaticano II. Iniciou-se uma ampla etapa de consultas a toda a Igreja sobre a temática do próximo Concílio, que durou quatro anos e que levou a uma grande dispersão de propostas: desde a condenação do comunismo à intensificação da devoção a São José, passando por dar normas de moralidade para as praias...

Em uma alocução de 11 de setembro de 1962, um mês antes da inauguração do Concílio, João XXIII falou das três intenções principais do Concílio: a abertura ao mundo moderno, a unidade dos cristãos e a Igreja dos pobres. Até que ponto estas três intenções chegaram a plasmar-se no Vaticano II, é algo que iremos vendo ao longo destas páginas.

Será, entretanto, o discurso inaugural do Vaticano II, em 11 de outubro de 1962, que marcará as linhas de fundo do Concílio.

Começa dizendo claramente que a convocação do Concílio deveu-se a uma inspiração do alto, inspiração que logo despertou grande fervor em todo o mundo (n. 7). Em seguida, afirma que não se sente como os profetas de calamidades que sempre vêem o negativo e apocalíptico da história. Ele confessa ter uma visão positiva e providencialista da história, sabendo que Deus conduz o mundo a seus desígnios amorosos (n. 9-10). Distingue também entre o que é o depósito da fé e suas diversas expressões históricas (n. 14). Ante aos que esperam do Concílio condenações severas de doutri-

nas errôneas, João XXIII prefere usar antes a disciplina da misericórdia do que a da severidade, mesmo sabendo que em nossos dias existem doutrinas falazes e opiniões perigosas (n. 15). Diante do erro, é melhor para a Igreja alçar a tocha da verdade e, como Pedro diante do coxo de nascimento, dar o que tem e pode, como mãe amável de todos, paciente e benigna, cheia de misericórdia e de bondade (n. 16).

Este discurso causou comoção na Igreja e os que, como a cúria romana, esperavam que o Concílio se limitasse a repetir o passado e a condenar os novos erros, convenceram-se de que as águas iriam por outros rumos.

Evidentemente, João XXIII não foi um teólogo profissional, mas sua experiência de vida, seu bom senso pastoral, sua intuição de camponês, seu conhecimento da história e sua fé profunda, fazem dele um homem providencial para iniciar e orientar o Vaticano II. Suas encíclicas *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra* demonstram a solidez de sua doutrina e sua abertura ao mundo moderno.

Mas João XXIII morre em 3 de junho de 1963, acabada a primeira sessão do Vaticano II, e antes de iniciar-se a segunda. É eleito papa J. B. Montini, Paulo VI.

Sua biografia marca a trajetória de um homem muito diferente de João XXIII. Intelectual e com uma boa formação teológica, especialmente imbuído da teologia francesa (traduziu Maritain ao italiano), foi, sobretudo um homem de cúria, bom conhecedor dos problemas eclesiais, amante da Igreja e de sua estrutura hierárquica. Soube dirigir o Concílio até seu final, dando, quando era preciso, um golpe de timão, como no caso de introduzir a *Nota praevia* ao capítulo III da *Lumen gentium*. Amante da concórdia eclesial buscava a unanimidade dos bispos do Concílio e sofria diante das divisões e os conflitos. Mais teólogo do que João XXIII, porém menos intuitivo e pastoral, debatia-se entre dúvidas hamletianas e ao final de seu pontificado assustou-se tremendamente diante do rumo que o pós-concílio tomava. Contudo, sua figura foi decisiva para continuar e acabar o Vaticano II, Concílio que seguramente ele teria sido incapaz de convocar.

Chaves de leitura do Vaticano II

Seguindo a G. Martelet⁴ podemos ver no Vaticano II alguns temas constantes que estão no fundo de todos os documentos e que revelam as atitudes do Papa João XXIII e do novo espírito conciliar de *aggiornamento*.

⁴ G. MARTELET, *Les idées maîtresses du Vatican II*, Paris, 1967.

1. Nova postura diante do mundo

Isto traduz a postura de João XXIII de realismo e abertura ao mundo todo, sua bondade, seu olhar terna, o buscar fazer o bem a todos e não ser profetas de calamidades, mas sim otimistas e misericordiosos.

A teologia anterior era profundamente dualista (corpo e alma, terra e céu, mundo e Igreja, profano e sagrado, natureza e graça...). O Vaticano II, sobretudo na *Gaudium et Spes* (Constituição sobre a Igreja no mundo contemporâneo; GS) deixa esta postura para afirmar que Deus e o mundo não são dois rivais, mas, ao contrário, o mundo é obra de Deus, Deus é o mistério último do mundo, o mundo é sacramento de Deus, o mundano é constitutivo da Igreja e do cristão e, portanto, existe somente uma história única de salvação.

Por isto, o Vaticano II inicia um novo método teológico, indutivo. É a chamada doutrina dos sinais dos tempos (GS 4, 11, 44), que descobre Deus nos acontecimentos, sabendo que o Espírito do Senhor dirige a história e derrama sementes do Verbo em todas as culturas. Por isto, o Vaticano II inicia uma teologia pastoral, que não é simples aplicação do dogma à prática; ao contrário, vê o âmbito pastoral como constitutivo da própria teologia, como ponto de partida e ponto de chegada. O Vaticano II será um Concílio pastoral.

Para concretizar o que foi dito, podemos ver como o Vaticano II tem uma valorização positiva de toda a criação, da pessoa humana (GS 12-17), do trabalho (GS 33-36), da cultura (GS 53-62), afirmando que os bens da terra estão destinados a todo o mundo (GS 69). Dentro desta valorização da pessoa, destaca-se o respeito à liberdade religiosa, afirmação inovadora, pois um século antes, em 1832, o Papa Gregório XVI, na *Mirari vos*, chamava-a delírio e erro pestilento. O documento *Dignitatis humanae* é consagrado a defender a liberdade religiosa: cada pessoa tem o direito de seguir sua própria consciência em matéria religiosa.

Por isto mesmo, o Concílio condena tudo aquilo que destrói a dignidade da criação, o pecado que escraviza a pessoa humana (GS 13-14), o ateísmo (GS 19-21), a discriminação racial, sexual ou cultural (GS 29), o egoísmo que degrada o trabalho humano (GS 37) e a cultura (GS 56), as desigualdades econômicas (GS 66), o totalitarismo e a ditadura (GS 75) a tortura e a guerra (GS 82).

E tudo isto se fundamenta em Cristo, o homem novo (GS 22, 45).

Por tudo isso, a missão da Igreja não é simplesmente religiosa e espiritualista, mas integral e pode dizer sua palavra evangélica à sociedade sempre que o bem das pessoas o exija (GS 76).

2. Redescoberta da comunidade

Diante de uma situação marcada pelo individualismo econômico, social, político e religioso, descobre-se a importância da dimensão comunitária. O ser humano é social, homem-mulher (GS 12), a família é a primeira comu-

nidade humana (GS 47-52), a vida humana é chamada à comunidade, a formar uma única família entre todos, a imagem da Trindade, buscando o bem comum de todos (GS 23-32), uma comunidade econômico-social, onde os bens sirvam a todos (GS 63-72), uma comunidade política que respeite os direitos de todos e busque o bem comum (GS 73-76), uma comunidade internacional, em paz, colaboração e justiça (GS 77-91).

Isto se fundamenta em Cristo, que quer formar uma comunidade de filhos de Deus (GS 32), que quer salvar a todos em comunidade, formando um único povo do qual a Igreja é germe (LG 9-17) e tem na eucaristia sua expressão sacramental e litúrgica (SC 1-13) e na Trindade sua fonte e modelo (LG 1-4).

A eclesiologia da LG, centrada no povo de Deus, na Igreja local e na colegialidade episcopal, será, antes de tudo, uma eclesiologia de comunhão.

Daqui se desprende uma atitude de diálogo com todas as pessoas de boa vontade, com todas as religiões (*Nostra Aetate*), com todos os batizados (ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*), caminhando rumo à unidade de toda a humanidade.

Depois do Vaticano II, este espírito comunitário refletir-se-á nas conferências episcopais, sínodos, conselhos pastorais, na preocupação pela paz do mundo, nos diálogos. O próprio Paulo VI dedicou sua primeira encíclica *Ecclesiam suam*, ao diálogo.

3. Volta à fonte: Cristo

João XXIII era um homem tradicional, porém arraigado na verdadeira Tradição, que queria que a Igreja fosse como a velha fonte dos povos, sempre disposta a oferecer ao mundo todo a água viva do evangelho.

A Igreja tinha vivido muito centrada em leis, normas, estruturas. O Vaticano II é uma volta às fontes, às origens da verdadeira Tradição, a Cristo. Por isto o Concílio volta à Palavra de Deus, revelada na Escritura (*Dei Verbum*), presente na Igreja (*Lumen Gentium* 1-2; 8) e atuante na liturgia (*Sacrosanctum Concilium*). A escritura deve ser a alma do estudo da teologia (*Optatum Totius*).

Esta aproximação à Palavra propiciará o diálogo com as Igrejas da Reforma.

4. Redescoberta do Espírito

João XXIII via o Vaticano II como um sopro do Espírito na Igreja, como renovação e *aggiornamento*, um verdadeiro Pentecostes. Comparou o Concílio a uma janela aberta ao sopro do Espírito.

Este Espírito amplamente olvidado pela teologia e pela Igreja é redescoberto pelo Vaticano II. Para tanto contribuiu, sem dúvida, a presença, no Concílio,

dos observadores ortodoxos, que reprovavam nos católicos a pouca sensibilidade ao Espírito.

O Espírito atua no mundo, no Antigo Testamento, nos profetas, em Jesus, na Igreja (LG 4). O Espírito inspira as Escrituras, as quais devem ser lidas à luz do mesmo Espírito (DV 7,9,12,18,21). O Espírito atua nos sacramentos da Igreja e, sobretudo na eucaristia (SC 6, 43). O Espírito unge interiormente os fiéis e lhes dá o senso da fé e sua adesão infalível a ela (LG 12), derrama dons e carismas sobre todos os batizados (LG 12) e transfigura a história e o mundo rumo à plenitude escatológica do Reino (GS 37-39). A vida cristã é, pois, uma vida segundo o Espírito.

Principais novidades do Vaticano II

Estas chaves de leitura permitem-nos compreender melhor as novidades do Vaticano II, que se manifestam em suas quatro constituições (LG, GS, SC, DV) e em seus nove decretos e três declarações.

A Igreja (Lumen Gentium)

A constituição quer responder à pergunta: “Igreja, que dizes de ti mesma?” É uma visão da Igreja *ad intra*, para distingui-la da Igreja *ad extra*, na formulação de Suenens.

O primeiro esquema elaborado pela cúria romana foi devolvido para ser re-elaborado por uma nova comissão, já que era acusado de clerical, jurista e triunfalista; em outras palavras, era um esquema de Cristandade, típico do segundo milênio.

Vejam sinteticamente quais são os pontos de novidade. Passa-se de Igreja sociedade perfeita a Igreja mistério e sacramento (LG I); de Igreja identificada com a hierarquia a Igreja povo de Deus (LG II); de uma Igreja eclesiocêntrica a uma Igreja servidora; de uma Igreja triunfalista a uma Igreja pecadora que caminha como peregrina rumo à escatologia (LG VII); de uma Igreja que identifica a católica como a única Igreja de Jesus, a uma Igreja que reconhece que a Igreja de Jesus “subsiste” na católica, mas que há elementos verdadeiramente de salvação nas outras Igrejas e denominações cristãs (LG 15); de uma Igreja que considera as outras religiões simplesmente como obra do maligno e que a Igreja é a única tábua de salvação, a uma Igreja que reconhece elementos da graça do Espírito em todas as religiões (LG 16) e busca um diálogo inter-religioso com elas, pois a Igreja não rechaça nada do que há de verdadeiramente santo nestas religiões (cf. *Ad Gentes* 3, 9); de uma Igreja universal identificada com Roma a uma valorização das Igrejas particulares ou locais; de uma Igreja ocidental e euro-

péia a uma Igreja com consciência de universalidade; de uma Igreja em conflito com o mundo a uma Igreja em diálogo com ele; é, enfim, o réquiem do Constantinismo e a passagem de uma Igreja de Contra-reforma a uma Igreja ecumênica. Voltou-se a eclesiologia do primeiro milênio, uma eclesiologia de comunhão.

Contudo, a Igreja não pode compreender-se fora do mundo, por isto *Lumen Gentium* deve completar-se com *Gaudium et Spes*.

Liturgia (Sacrosanctum Concilium)

A liturgia pré-conciliar, idêntica desde Trento (1545-1563), era individualista; existia um divórcio entre liturgia e vida, havia rubricismo, passividade e pouca participação dos fiéis, em latim, com um texto único universal, divorciada do catolicismo popular, com um culto exagerado aos santos e pouca referência à páscoa como centro da vida.

A SC, preparada, de certo modo, pelo movimento litúrgico, foi o primeiro documento conciliar promulgado e foi muito bem recebido pelo povo de Deus e para muitos constitui a face mais visível da renovação conciliar. Promove uma participação ativa e consciente de todo o povo de Deus.

A liturgia é a celebração da Igreja, já que celebra a salvação de Cristo em comunidade, e por ela penetramos no mistério da Igreja que é o mistério pascal. É cume e fonte da vida cristã (SC 10). Diante de uma visão da liturgia como coisa do sacerdote apenas, o Vaticano II afirma que a assembléia é o sujeito da celebração, as ações litúrgicas não são devoções privadas, mas celebrações da Igreja toda, de todo o povo santo de Deus (SC 26), que participa ativamente na assembléia (SC 17, 18,30). Portanto, tanto o clero quanto os fiéis necessitam de reforma e de educação litúrgica (SC 15-18). A Palavra de Deus é que dá Espírito à liturgia (SC 24, 33).

Conseqüência desta nova visão teológica é a reforma litúrgica com as transformações nos ritos: língua do povo, leituras bíblicas abundantes e escolhidas, reforma do quadro da celebração (altar de frente para o povo, sede no centro, sacrário em um lado), renovação dos rituais dos sacramentos, etc.

A revelação da Palavra de Deus (Dei Verbum)

Se Pio VII, em 1816, mandou o bispo Mohilev retratar-se por ter recomendado a todos a leitura da Palavra de Deus, agora o Vaticano II muda de postura.

Seguindo as pistas do movimento bíblico, o Concílio devolve à Palavra o lugar central na vida cristã: “desconhecer a Escritura é desconhecer a Cristo” (DV 25, citando S. Jerônimo). Se a teologia tradicional considerava a revelação como um conjunto de verdades que Deus nos havia comunicado

(ou inclusive ditado) e que constituíam como que “o depósito da fé”, o Concílio entende a revelação como a comunicação viva de Deus na história por meio de Jesus e do Espírito: a revelação não são somente idéias, é a vida do Espírito que nos comunica a pessoa de Jesus. Assim aparece que o primeiro não é a busca do ser humano por Deus, mas a livre comunicação do Senhor à humanidade na criação e na história. A revelação é comunicada a nós, portanto, não somente através de palavras, mas também através de fatos, como a libertação do Êxodo ou o mistério pascal de Jesus. Esta revelação não é somente algo do passado, mas também do presente: Deus, que nos falou no passado através de seu Filho, mantém hoje um diálogo com a esposa de seu Filho, a Igreja (DV 8). Através da contemplação, do estudo, da experiência espiritual e da pregação, a revelação pode ser melhor compreendida e aprofundada (DV 8). Pode ser estudada cientificamente e com métodos modernos, porém sempre dentro da fé da Igreja, que tem o Espírito do Senhor. Diante dos que desejavam falar das duas fontes da revelação, o Vaticano II afirma que da mesma e única fonte, que é Cristo e seu Espírito, procedem a tradição da Igreja e a escritura (DV 9).

A Igreja no mundo contemporâneo (Gaudium et spes)

Seu método quer ser um novo caminho teológico pastoral, que parte da realidade do mundo de hoje e de alguns de seus graves problemas, ainda que não chegue a articular, de forma perfeita, sua resposta. O Vaticano II é o final da fuga do mundo e de uma Igreja que se considera por cima do mundo, contra o mundo, sobretudo, contra o mundo moderno. GS é a estrela do Vaticano II, o único documento que João XXIII queria explicitamente. Como já antes falamos desta chave de leitura, trataremos somente de alguns pontos. Passa-se do anátema ao diálogo, leva-se a sério o progresso humano, reconhece-se a autonomia da criação, buscando a transfiguração do mundo rumo ao Reino definitivo de Deus. Há um desejo de colaborar com todas as pessoas de boa vontade, vendo no mundo as pegadas de Deus, os sinais dos tempos (GS 4, 11,44), as sementes do Verbo (GS 26, 92). Deseja-se promover com todos a justiça, buscando a participação de todos nos bens da criação (GS 69) e se dá importância ao compromisso político (GS 75). Contudo, não é um documento ingênuo, reconhece a presença do pecado no mundo e uma luta constante entre a luz e as trevas (GS 13). Finalmente, constata que a Igreja não somente dá (GS 40-43), mas que também recebe do mundo (GS 44) e que não tem sempre resposta para tudo.

Teríamos que percorrer todos os outros decretos e declarações para captar toda a riqueza do Concílio. Apenas diremos que foram decisivos o decreto sobre o ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*, com sua célebre afirmação de que há uma hierarquia de verdades, UR 11), a declaração sobre a liberdade

religiosa (*Dignitatis Humanae*), que foi objeto de grande discussão, e a declaração sobre o diálogo religioso (*Nostra Aetate*).

O discurso de clausura do Vaticano II, proferido por Paulo VI em 8 de dezembro de 1965, sintetiza toda esta novidade:

“A religião do Deus que se fez homem encontrou-se com a religião – porque assim é – do homem que se faz Deus. Que aconteceu? Um choque, uma luta, uma condenação? Poderia ter acontecido isso, porém não foi assim. A antiga história do samaritano foi a pauta da espiritualidade do Concílio. Uma simpatia imensa penetrou-o todo. A descoberta das necessidades humanas – e são tão maiores quanto maior se faz o filho da terra – absorveu a atenção de nosso Sínodo” (n. 8).

*A recepção do Concílio*⁵

A celebração do Concílio e a primeira época do pós-concílio despertaram um entusiasmo na Igreja dificilmente imaginável para quantos não viveram esta experiência. Foi uma autêntica primavera, um verdadeiro Pentecostes, como havia desejado João XXIII, um real *aggiornamento*: a renovação da liturgia, um novo impulso no diálogo ecumênico com as Igrejas cristãs e no diálogo com as religiões não-cristãs, um novo modelo de formação sacerdotal, a renovação da vida religiosa, uma nova consciência do laicato, a criação das conferências episcopais e dos sínodos em Roma, um grande aprofundamento e difusão da bíblia, etc. O adjetivo “conciliar” representava toda esta novidade, diante do “pré-conciliar”.

O ar fresco do Espírito havia penetrado na Igreja.

Mas houve exageros e a água transbordou do autêntico leito conciliar. Em nome da nova liberdade do Vaticano II, cometeram-se abusos em liturgia, missiologia, moral, ecumenismo e, o que foi pior, numerosos sacerdotes, religiosos e religiosas abandonaram seus compromissos de consagração eclesial. Somou-se a isso um crescente espírito secularizador, que fez diminuir a frequência sacramental e aumentar as crises de fé e a indiferença religiosa.

Esta grave situação provocou em muitos setores da Igreja uma reação anticonciliar, cujo símbolo pode ser a trágica figura de Mons. Lefebvre, que acusou o Vaticano II de protestante, modernista e pro-comunista. Sem chegar, porém, a este extremo, muitos creram que o Vaticano II tinha ido longe demais, que se tinha que frear a recepção do Concílio, promover uma restauração, uma leitura do Vaticano II a partir da tradição do Vaticano

⁵ V. CODINA, *Para comprender la eclesiología desde América Latina*, Estella, 1990, p. 98s.

I. Esta situação começou já no tempo de Paulo VI (recorde-se a *Humanae Vitae* de 1968 e a contestação eclesial que provocou) e manteve-se no pontificado de João Pablo II. O próprio Cardeal Ratzinger mostrava-se pessimista sobre os frutos do Vaticano II, ao passo que via com bons olhos o surgimento dos novos movimentos laicais e carismáticos.⁶

Lentamente passou-se da primavera ao inverno eclesial (Rahner), à involução: houve problemas com os setores mais dinâmicos da Igreja (teólogos, teologia da liberação, vida religiosa, e inclusive bispos...), assiste-se a uma nova centralização eclesial, as conferências episcopais perdem força teológica, os núncios voltam a recobrar força, há uma clara liderança da Congregação da Doutrina da fé, freia-se o ecumenismo, a liturgia e o papel dos leigos, as nomeações dos bispos correspondem a critérios de segurança doutrinal, à grande figura do teólogo K. Rahner sucede a do suíço H. U. Von Balthasar, nomeado agora cardeal. Há uma tendência a voltar ao de sempre, mesmo quando se utilizem palavras do Vaticano II. A minoria, que no Vaticano II havia ficado de certo modo marginalizada, agora volta a hastear as bandeiras da tradição pré-conciliar. O próprio novo Código de Direito Canônico de 1983 é um exemplo do clima eclesial imperante.

A situação fez-se tão confusa que o próprio João Paulo II viu-se obrigado a convocar um sínodo em 1985 para fazer balanço do Vaticano II. Ainda que o balanço seja positivo, o Sínodo prefere falar da Igreja mais como corpo de Cristo do que como povo de Deus, crê que faz falta insistir na dimensão da cruz e na espiritualidade.

Mas o Sínodo de 85 não freou o movimento restaurador. Sucedem-se documentos dos dicastérios da cúria romana que freiam o avanço conciliar: O excessivamente clássico Catecismo da Igreja católica (1992), o documento sumamente restritivo sobre a colaboração dos leigos no serviço aos sacerdotes (1997), o *motu proprio Apostolos suos* (1998) que diminui a autonomia das conferências episcopais, a *Institutio generalis Missalis romani* (2000) que não tem o impulso da *Sacrosanctum Concilium*, a declaração *Dominus Jesus* (2000) que caiu muito mal nos ambientes ecumênicos, a *Redemptoris Sacramentum* que desce a excessivas minúcias litúrgicas, etc⁷.

A partir da América Latina, recordemos as tensões que rodearam conferência de Puebla (1979) e, sobretudo a de Santo Domingo (1992), que a duras penas puderam seguir a linha profética emanada em Medellín (1968).

⁶ V. MESSORI; J. RATZINGER, *Informe sobre la fe*, Madrid, 1985. Compare-se esta postura de Ratzinger com a visão positiva do Concílio do Cardeal König de Viena, G. LICHERI; F. KÖNIG, *Iglesia, ¿adónde vas?*, Santander, 1986

⁷ H. KRÄTZL, "Das Erbe des Konzils. Die zornigen alten Männer und die jungen Nachfolger", *Theologische Praktische Quartalschrift*, 151 (2003) 136-144.

Algo deste mal-estar foi percebido pelo próprio João Paulo II, o qual, na carta apostólica *Tertio millennio adveniente*, preparatória para o jubileu 2000, faz uma vibrante defesa do Vaticano II e urge sua recepção:

O exame de consciência deve olhar também para a recepção do Concílio, este grande dom do Espírito à Igreja no final do segundo milênio. Em que medida a palavra de Deus chegou a ser plenamente a alma da teologia e a inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a *Dei Verbum*? Vive-se a liturgia como “fonte e cume” da vida eclesial, segundo os ensinamentos da *Sacrosanctum Concilium*? Consolida-se, na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da *Lumen Gentium*, dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do povo de Deus, ainda que sem admitir um democratismo e um sociologismo que não reflitam a visão católica da Igreja e o autêntico Espírito do Vaticano II? Uma interrogação fundamental deve também ser levantada sobre o estilo das relações entre a Igreja e o mundo. As diretrizes conciliares, – presentes na *Gaudium et Spes* e em outros documentos – de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado, contudo, por um testemunho da verdade, continuam sendo válidas e chamam-nos a um compromisso ulterior.”(TMA,36)

Em resumo, o Vaticano II é um Concílio ainda em Processo de recepção.

Motivos desta situação

Além dos motivos já enumerados (exageros, medo, retomada do poder por parte da cúria romana, mudanças sociais e políticas no mundo, sobretudo desde a queda do socialismo em 1989...) há motivações intrínsecas ao próprio Vaticano II, o qual, como toda obra humana, foi limitado.

Deve-se recordar que, sobretudo Paulo VI teve um interesse especial em que os documentos fossem aprovados quase por unanimidade. Para conseguir esta grande maioria, teve-se que aceitar numerosas emendas (*modi*) aos textos conciliares por parte da minoria que tinha dificuldades em aceitar o texto sem correções, por achá-lo excessivamente progressista. O resultado é que não se conseguiu uma síntese acabada entre a tradição de Trento e Vaticano I e o novo do Concílio. De fato, há uma justaposição de teologias, o que permite duas exegeses diversas do Vaticano II com os textos na mão. Assim Acerbi detectou na *Lumen Gentium* uma eclesiologia jurídica e outra de comunhão⁸. Isto facilitou diversas hermenêuticas do Vaticano II.

Soma-se a isso o fato de que o Concílio não conseguiu implementar instrumentos legais concretos para uma colocação em prática do Espírito concí-

⁸ A. ACERBI, *Due ecclesiologie: ecclesiologia giuridica ed ecclesiologia di comunione nella Lumen gentium*, Bologna, 1975.

liar. Por exemplo, não tocou a questão da nomeação de bispos, nem concretizou as possibilidades da colegialidade episcopal (que, por exemplo, poderia ser não meramente consultiva nos sínodos romanos), não disse nada sobre o estatuto dos núncios ou dos cardeais, que são figuras típicas da Igreja de Crístandade, não determinou qual teria que ser a participação dos leigos na Igreja, não fixou normas para o ecumenismo, etc.

Por outro lado, o Vaticano II não assumiu a preocupação de João XXIII por uma Igreja dos pobres, ficando mais em diálogo com o mundo desenvolvido e moderno, centro-europeo ou norte-atlântico, do que em diálogo com o Terceiro mundo. Os bispos do Terceiro mundo não conseguiram fazer escutar sua voz, pois, por uma parte, não estavam em dia com a Nova teologia e, por outra parte, não tinham suficiente consciência da grave e injusta situação de pobreza de suas Igrejas. Teríamos que esperar Medellín (1968) para que se escutasse a voz dos pobres na Igreja.

Talvez como consequência disso, não se chegou a expressar o Espírito do Vaticano II em uma nova espiritualidade, com o que existe o risco de ficarse em formulações teológicas brilhantes, que não chegam, porém, a fazer-se vida concreta. Isto também explica por que, para muitos, o Vaticano II foi, antes de mais nada, uma bandeira de maior liberdade, mais que uma instância a uma nova santidade.

Novos desafios

Há desafios que supõem levar adiante as contribuições do Vaticano II⁹.

O ecumenismo, que foi impulsionado por João Paulo II na *Ut unum sint*, deve avançar ainda muito mais, se quiser ser fiel às intenções de João XXIII ao convocar o Vaticano II.

O diálogo inter-religioso, fomentado nas reuniões de Assis, é o ponto mais candente da teologia contemporânea, já que afeta questões como cristologia, eclesiologia, revelação, sagrada escritura, liturgia, inculturação, espiritualidade.... É um caminho aberto, cheio de dificuldades, mas também de promissores resultados.

A colegialidade deve ser implementada muito mais a partir de uma eclesiologia de comunhão sinodal. Deve-se re-situar a relação entre conferências episcopais e colégio de cardeais e núncios, deve-se mudar o procedimento da nomeação de bispos. Mas, sobretudo deve-se reformular o lugar do ministério petrino dentro da colegialidade episcopal, seguindo a insinu-

⁹ Vejam-se as sugestões de J. M. ROVIRA BELLOSO, *Vaticano II: un Concilio para el Tercer milenio*, Madrid, 1997, p. 99-157; S. MADRIGAL, *Vaticano II: remembranza y actualización*, Santander, 2003, p. 245-422.

ação de João Paulo II na *Ut Unum Sint* (n. 95-96). Já foram dadas algumas contribuições¹⁰, mas deve-se ir mais adiante, já que é paradoxalmente o ponto mais conflitivo no diálogo ecumênico, pois o que deveria ser sinal de unidade na Igreja, converteu-se em sinal de contradição.

A missão dos leigos na Igreja, que recebeu um impulso na *Christifideles Laici* de João Paulo II, deve esclarecer-se ainda muito mais, até dar à Igreja um rosto predominantemente laical.

A teologia e a práxis do ministério podem avançar muito mais. Mesmo que portas tenham sido fechadas ao ministério ordenado das mulheres¹¹, continuam abertos outros muitos caminhos, como a ordenação de homens casados (*virii probati*), como foi pedido em diversos sínodos.

A evangelização do mundo contemporâneo, pós-marxista e pós-moderno, implica novos questionamentos, um discernir os sinais dos tempos e um grande esforço de inculturação.

Por último, a opção pelos pobres, que de opção da Igreja local da América Latina passou a ser uma opção da Igreja universal¹², deve configurar a teologia e a práxis pastoral da Igreja, em um mundo cada dia mais marcado pela pobreza e pela injustiça.

Mas além destes desafios que o Vaticano II de alguma maneira já contemplou, há outras questões que o Vaticano II não quis tratar (como o celibato sacerdotal) ou que se desenvolveram mais nestes últimos 40 anos.

Citemos, como exemplo, a questão ecológica, que o Vaticano II não abordou, e a questão da mulher, que aparece cada dia com mais força e que obriga a Igreja a discutir novas questões, muitas delas radicais, se quiser responder a este desafio que procede da maior parte da humanidade. Acrescentemos as questões ligadas à sexualidade e família (homossexualidade, controle da natalidade, *Aids*, instabilidade familiar, divórcio...) e compreenderemos que a sugestão do Cardeal Martini, no Sínodo da Europa, de pedir a celebração de uma nova assembléia episcopal universal, não é algo descabelado.

Concluamos estas reflexões sobre o Vaticano II com umas palavras do diário de João XXIII, escritas poucos dias antes de sua morte, e que nos encham de esperança:

Hoje mais do que nunca (certamente mais do que em séculos precedentes), somos chamados ao serviço do homem como tal, não somente dos cató-

¹⁰ J. R. QUINN, *La reforma del papado*, Barcelona, 2000.

¹¹ O Cardeal Martini disse, sobre este ponto, que o que um Papa tinha fechado, outro Papa poderia abrir...

¹² *TMA*, n. 51

licos. A defender, sobretudo e em toda parte, os direitos da pessoa humana, e não somente da Igreja católica. As condições atuais, as investigações dos últimos 50 anos, levaram-nos a realidades novas, tal como disse no discurso de abertura do Concílio. Não é que o Evangelho tenha mudado; somos nós que começamos a compreendê-lo melhor. Quem teve a sorte de uma vida longa, encontrou-se no começo deste século, diante de novas tarefas sociais; e quem – como eu – esteve 20 anos no oriente e 8 na França, e encontrou-se no cruzamento de diversas culturas e tradições, sabe que chegou o momento de discernir os sinais dos tempos, de aferrar-se à oportunidade de olhar para frente¹³.

(Traduzido por Claudio Paul)

Víctor Codina SJ, natural de Barcelona, doutorou-se em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Durante vinte anos lecionou teologia em sua terra natal. Desde 1982, reside na Bolívia onde é atualmente professor de Teologia na Universidad Católica Boliviana em Cochabamba. Dentre suas obras, destacam-se: *Seguir Jesus Hoje: da modernidade à solidariedade*, São Paulo: Paulinas, 1993; *Creio no Espírito Santo: pneumatologia narrativa*, São Paulo: Paulinas, 1997; *O Credo dos Pobres*, São Paulo: Paulinas, 1997.

Endereço: Casilla 319
Santa Cruz de la Sierra – Bolívia
e-mail: ahurtadosj@yahoo.es

¹³ G. ALBERIGO, *Giovanni XXIII*, Brescia, 1978, p. 594.